



COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2025 (Do Sr. GUSTAVO GAYER)

Requer a realização de Audiência Pública, no âmbito da Subcomissão Especial sobre o Combate à Censura, para debater práticas de monitoramento e controle de conteúdo nas redes sociais por órgãos públicos.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 24, III, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Subcomissão Especial sobre o Combate à Censura, para debater práticas de monitoramento e controle de conteúdo nas redes sociais por órgãos públicos, convidando o senhor Eduardo Tagliaferro, ex-assessor-chefe do Tribunal Superior Eleitoral e perito digital, para prestar esclarecimentos sobre sua atuação na Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação (AEED) e sobre a relação institucional entre o TSE e o Supremo Tribunal Federal nesse contexto.

JUSTIFICAÇÃO

A liberdade de expressão é um pilar do regime democrático e encontra proteção explícita na Constituição Federal de 1988. Embora seja legítimo e necessário combater a desinformação, sobretudo em períodos eleitorais, o exercício dessa função pelo Estado deve se dar dentro dos marcos constitucionais, com respeito ao devido processo legal, à legalidade estrita e à transparência dos atos administrativos.

Neste cenário, vêm à tona preocupações relacionadas ao uso de estruturas institucionais do Poder Judiciário para o monitoramento,





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **GUSTAVO GAYER – PL/GO**

2

direcionamento e eventual censura de conteúdos publicados em plataformas digitais.

O caso envolvendo o ex-assessor do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Eduardo Tagliaferro, tornou-se emblemático. Nomeado pelo ministro Alexandre de Moraes para chefiar a Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação (AEED), Tagliaferro atuou no núcleo de inteligência da Corte durante o processo eleitoral de 2022.

Segundo reportagens da grande imprensa¹, a AEED teria produzido relatórios a pedido de auxiliares do então presidente do TSE — alguns deles também integrantes do gabinete do ministro no STF — para subsidiar decisões em inquéritos sigilosos no Supremo.

Conversas reveladas por veículos de comunicação indicam a existência de um grupo de WhatsApp no qual juízes auxiliares de Moraes solicitavam diretamente, e sem formalidade, relatórios sobre perfis e publicações de caráter político, em sua maioria críticas ao STF ou ao sistema eleitoral. Tais relatórios teriam dado base à remoção de conteúdos e ao bloqueio de perfis, sem que os alvos dessas medidas tivessem acesso ao conteúdo dos relatórios ou à possibilidade de defesa. A participação de órgãos de inteligência da Justiça Eleitoral nesse tipo de coordenação informal — e possivelmente política — levanta preocupações legítimas quanto ao desvio de finalidade, excesso de poder e afronta ao pluralismo de ideias.

Em depoimento posterior, Eduardo Tagliaferro alegou ter sido alvo de pressões e chegou a declarar, publicamente, que agia sob medo e orientação informal. Desde então, foi indiciado pela Polícia Federal pelo vazamento dessas mensagens e teve seu celular apreendido por ordem do STF, em uma investigação que corre em paralelo ao chamado “*Inquérito das Fake News*”. Sua versão dos fatos, bem como os documentos e dados aos quais teve acesso, podem lançar luz sobre os mecanismos internos e externos de controle da informação no Brasil e suas consequências institucionais.

¹ <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/quem-e-eduardo-tagliaferro-ex-servidor-do-tse-que-relatou-medo-de-moraes/>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **GUSTAVO GAYER** – PL/GO

3

Em face da gravidade dos indícios de uso político de estruturas públicas para monitoramento de cidadãos e de conteúdos em redes sociais, torna-se urgente a realização de audiência pública com o senhor Eduardo Tagliaferro, a fim de que possa esclarecer os fatos diretamente à Subcomissão Especial sobre o Combate à Censura.

O testemunho de um ex-integrante do núcleo de inteligência do TSE é fundamental para que esta Casa Legislativa cumpra seu papel de fiscalização, preserve os direitos fundamentais e atue na construção de salvaguardas institucionais contra abusos de poder.

Contudo, a convocação do senhor Tagliaferro para esta audiência pública representa um passo necessário, para romper o manto de opacidade que recobriu determinadas práticas adotadas por órgãos do Estado, sob a justificativa de combater a desinformação.

Diante desse cenário, é dever do Parlamento investigar e promover o debate público sobre os limites do poder estatal frente às liberdades civis, preservando a democracia contra a instrumentalização do aparato institucional.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado **GUSTAVO GAYER**
PL/GO

Apresentação: 04/08/2025 17:15:43.440 - CCOM

REQ n.50/2025

